

A redução do mandato de Sarney afetará negociação com credores

PARIS — A fixação do mandato do presidente José Sarney em apenas quatro anos, decidida pela Comissão de Sistematização da Constituinte, poderá ter uma consequência econômica da maior importância e gravidade. Difícilmente o governo brasileiro conseguirá concluir um acordo global e plurianual com seus credores privados até o fim de junho do ano que vem. Essa era a impressão generalizada nos meios financeiros europeus, especialmente banqueiros franceses envolvidos com a dívida brasileira e ouvidos ontem por O Estado, em Paris.

Os credores privados estão considerando mais prudente esperar pela instalação do novo governo, em 1989,

admitindo, até lá, acordos provisórios, como o assinado recentemente. Eles reconhecem que este acordo não foi dos mais favoráveis ao Brasil sendo mínimas as diferenças em relação aos acordos anteriores. Por isso, acreditam que o mais plausível seja continuar "empurrando com a barriga" até que o novo governo, muito provavelmente saído de um sistema parlamentarista e legitimado por uma eleição presidencial direta, assuma suas funções em 1989.

Nessas circunstâncias, a tão anunciada negociação global com os credores privados só poderá ser encerrada muito mais tarde do que se imagina. Teme-se apenas que a deterioração

ainda maior da situação econômica (os indicadores do Plano Bresser já apresentam sinais preocupantes) possa resultar em pressões internas e externas irresistíveis para que o processo eleitoral seja ainda mais acelerado no País. Essa hipótese não era descartada ontem por certas áreas financeiras francesas que acompanham de perto a situação política no Brasil, obviamente porque seus interesses também estão em jogo.

A IDA AO FMI

Outra constatação desses mesmos setores financeiros se refere ao recurso ao FMI. Indaga-se como, às vésperas de uma eleição presidencial que

deverá realizar-se o mais tardar dentro de um ano, o PMDB poderá admitir a hipótese de o governo que apóia recorrer ao Fundo Monetário Internacional.

Assim, apesar de o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, ter afirmado que considerava razoável os termos do acordo provisório que prevê uma negociação com o FMI, dificilmente o partido terá condições para endossar em praça pública essa posição em plena campanha presidencial. Afinal, o PMDB passou muito tempo criticando a política do FMI, apontada como uma das principais responsáveis pela crise econômica brasileira. Reali Júnior.